Revista Espaço Acadêmico – n. 232 – jan./fev. 2022 – bimestral
ANO XXI – ISSN 1519.6186

As novas direitas e o *Escola sem Partido*: a criminalização do professor com os retrocessos no ensino de história

ARNALDO MARTIN SZLACHTA JUNIOR*
JOSÉ VICTOR JOLY**

Resumo. Entre 2016 e 2019 vivemos um grande debate sobre as práticas dos professores em sala de aula no bojo da ascensão do movimento conhecido como Escola Sem Partido (ESP), que propunha acabar com a chamada "doutrinação" por meio de ideias marxistas e "esquerdistas" nas escolas da educação básica. O presente texto tem como objetivo analisar o projeto Escola Sem Partido como uma bandeira defendida pelas novas direitas brasileiras a partir de 2016, num contexto de grande polarização política. Tal polarização começou a se acentuar a partir da campanha eleitoral de 2014, que reelegeu a presidente petista Dilma Rousseff, e ficou evidente mais adiante, nos inúmeros protestos pró-impeachment. Diante disso, essa nova direita brasileira, que buscou atualizar suas estratégias de dominação e articulação na sociedade civil, encontrou terreno fértil para disseminar seus projetos conservadores.

Palavras-chave: Polarização; Ameaça; Impeachment; Política.

The new right wings and the "School without Party": the criminalization of the teacher and the setback in history teaching

Abstract. Between 2016 and 2019, Brazil lived a huge debate about the practices of teachers in class, a movement known as "Escola Sem Partido" (ESP), which proposed to end with the called "indoctrination" of marxists and left wing ideas in elementar and High School. The present essay aims to analyse the project "School without Party" as an idea defended by the new brazilian right wings starting from 2016 in the context of a bigger politic polarization. This polarization was a result of the election campaign of 2014, which resulted in the re-election of the president from the Workers Party, Dilma Rousseff, what resulted further up in countless protests in favor of impeachment. Due to that, this new brazilian right wing, which aimed to update its domination and articulation strategies in civil society, found a breeding ground to dissiminate its conservative projects.

Key words: Polarization; Threat; Impeachment; Politic.

* **ARNALDO MARTIN SZLACHTA JUNIOR** é Doutor em História pela Universidade Estadual de Maringá, Docente do curso de Licenciatura em História; Programa Profissional em Ensino de História (ProfHistória) e do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco.

** **JOSÉ VICTOR JOLY** é mestrando em História Social pela Universidade Estadual de Londrina.

Introdução

O Brasil viveu intensas transformações políticas durante sua transição democrática nos finais da década de 1980, quando grupos empresariais, de trabalhadores e movimentos sociais buscaram se articular para defender seus interesses em torno dos debates da Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Se, por um lado, esse momento pode ser caracterizado pela ascensão de uma nova direita que buscou atualizar suas estratégias de dominação, por outro lado o ensino de História também ampliou as discussões, principalmente com reflexões acerca dos objetivos da disciplina e funcionalidades no contexto escolar.

A década de 1980, como observou o historiador Flávio Casimiro, deve ser entendida enquanto "[...] parte intrínseca e resultante do quadro de luta de classes nessa conjuntura de ocidentalização da sociedade brasileira" (2020, p. 26). Nesse sentido, observaremos que as disputas e lutas de classe não envolvem tão somente a formulação de uma nova Constituição, mas, sobretudo, as discussões acerca da educação. Portanto partiremos da hipótese de que o projeto Escola Sem Partido ganhou repercussão e força no contexto de polarização política a partir da campanha eleitoral de 2014 e dos subsequentes movimentos de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Diante desse contexto, o historiador deve analisar as questões do presente assim como fazem outras disciplinas, como a Sociologia e a Ciência Política. O estudo do presente ganhou força a partir da fundação da *Escola dos Annales,* movimento de renovação historiográfica criada por Marc Bloch e Lucien Febvre que catapultou uma grande transformação no campo da História, criticando a hegemonia que havia da história política, acusando-a de elitista, anedótica, individualista, factual, subjetiva, psicologizante. A partir dessa crítica, a *École des Annales* – como ficou conhecida – propunha uma nova concepção de História afirmando que os fatores econômicos e sociais ocupavam um lugar privilegiado.

A História do Tempo Presente é definida a partir da proximidade temporal dos acontecimentos e que, para o historiador Marcos Napolitano, é uma história "[...] de um tempo que ainda está ativo, ainda está atuante nas instituições políticas e sociais, cuja memória ainda está em disputa, cujos sentidos históricos ainda estão em disputa" (2020, p. 2). Ainda para Napolitano (2020), os historiadores têm um papel-chave nesse campo historiográfico por serem chamados de atores-testemunhas, pois viveram e produziram as primeiras impressões sobre o evento. Ao longo de toda a segunda metade do século XX a própria imprensa também teve participação ativa nessa construção "imediata" dos eventos políticos, econômicos e sociais. Nesse sentido, se por um lado Marcos Napolitano afirma que o historiador do tempo presente possui o desafio de trabalhar com o adensamento do tema que busca analisar, por outro lado também deverá se confrontar com as disputas acerca das narrativas históricas sobre os eventos.

Apesar do sentido de proximidade temporal dos eventos a serem analisados, característica intrínseca da História do Tempo Presente, faz-se necessário uma breve contextualização do surgimento do termo "nova direita", utilizado para designar grupos políticos que buscaram reestruturar suas formas de atuação na sociedade civil para defender seus interesses, sobretudo na década de 1980, durante os debates da Constituinte. Nesse sentido, para Casimiro, essa

reconfiguração se tratou de um "[...] tardio processo de complexificação ou de ocidentalização da sociedade civil brasileira" (2020, p. 26), que se caracterizou pelo aumento do número de Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos (Fasfil) entre 1996 e 2002. Esse crescimento passou de mais de 105 mil para cerca de 276 mil entidades, "[...] sejam elas burguesas ou de contestação do modelo hegemônico" (Ibidem).

> Em um segundo momento, já em um contexto autoproclamado "democrático", após a Constituinte, ocorreu uma investida mais significativa em um novo *modus operandi* de organização política e ideológica das classes e frações de classes burguesas. Multiplicando-se em uma extensa gama de aparelhos de difusão, os pressupostos da economia de mercado e de valores conservadores e/ou reacionários ganham capilaridade e penetração nos mais distintos meios, adquirindo ressonância em diferentes espaços da vida social [...] (CASIMIRO, 2018, p. 27)

Partindo da perspectiva partidária, segundo Codato et al. (2015), definir a ideologia de um partido político não é tarefa simples pois, por mais que partidos mantenham algumas características desde sua fundação, estão sempre se redefinindo conforme a realidade na qual estão inseridos. "Partidos conservadores apoiaram, no começo do século XX, o sufrágio universal na América Latina. Nos anos 1970 os partidos conservadores argentinos reagiram à liberalização dos mercados propondo medidas protecionistas" (p. 120). Para os mesmos autores, essa nova direita na América Latina possui alguns elementos que permitem diferenciá-la de uma direita tradicional

> Em resumo, a nova direita na América Latina é uma postura política que conserva elementos da velha direita: o *capitalismo como modelo econômico e preceitos morais tradicionais*; entretanto, essa direita ideologicamente renovada reconhece e aceita as vantagens políticas das *políticas sociais* implementadas pela esquerda na região, ao mesmo tempo que procura se desvincular da memória dos regimes ditatoriais militares apoiados pelos partidos da velha direita (2015, p. 121, grifos dos autores)

A nova direita pode ser compreendida a partir dos três pilares elencados por Adriano Codato, Bruno Bolognesi e Karolina Roeder: a defesa do liberalismo econômico, com intervenção limitada do Estado na economia, garantindo a igualdade de oportunidades; a defesa da democracia e dos valores da família tradicional, sendo esse último radicalmente defendido por fundamentalistas religiosos que são as bases do projeto Escola Sem Partido.

Assim, se essa nova direita brasileira busca se articular para contestar e promover ataques contra as classes trabalhadoras na defesa de expropriações sociais, na diminuição dos direitos trabalhistas e na reformulação e reestruturação do papel do Estado, ela busca também atacar a educação com a criação do projeto Escola Sem Partido, que objetiva acabar com uma suposta doutrinação ideológica de esquerda dentro das salas de aula. Mas, na prática, tal projeto significa promover o esvaziamento crítico das Ciências Humanas, sobretudo do ensino de História.

Esses novos atores políticos, bem como o Escola Sem Partido, ganharam força nas duas últimas décadas, especialmente durante a campanha eleitoral de 2014

que acabou reelegendo a petista Dilma Rousseff para a presidência da República. Nesse sentido, como resultados das eleições, grupos como o "Vem Pra Rua" e o Movimento Brasil Livre" (MBL) alcançaram um grande protagonismo com sua atuação nos movimentos a favor do afastamento da presidente Dilma Rousseff, na polarização política e na defesa do Escola Sem Partido.

O gráfico abaixo mostra a evolução do número de candidatos representantes dessa nova direita nos pleitos eleitorais de 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014. A observação dos dados nos permite concluir que o início do segundo mandato de Dilma Rousseff, em 2014, contribuiu para o crescimento dessa direita renovada, que encontrou campo fértil para disseminar o projeto.

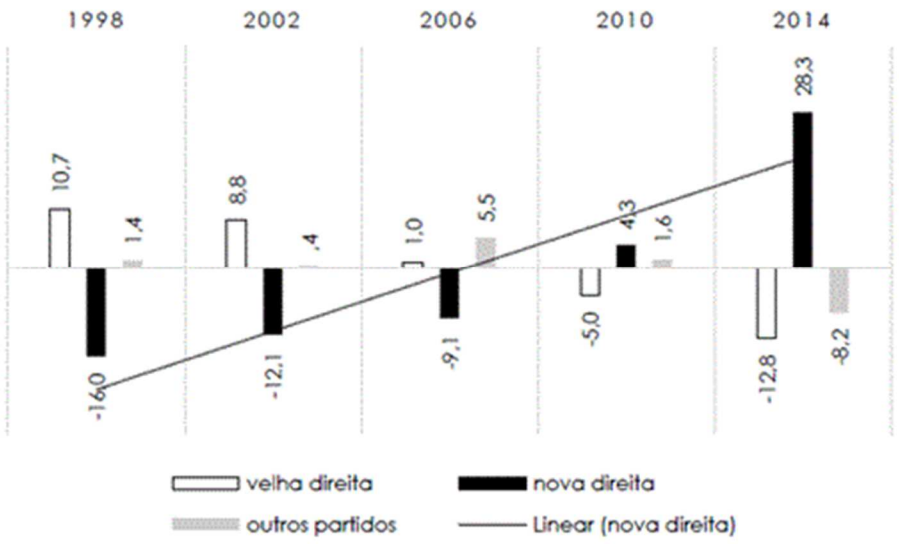

Gráfico 1. Candidatos por tipos de partidos à Câmara dos Deputados, Brasil 1998-2014 (Resíduos padronizados ajustados).

Ao longo de toda a ditadura militar a educação foi alvo de atenção redobrada por conta de posições político-ideológicas, sobretudo pelos conteúdos que eram ensinados em sala de aula. Nesse sentido, se por um lado, professores deveriam estar a serviço da ditadura a fim de controlar também a sociedade, por outro, durante os anos mais repressivos da ditadura eles "[...]foram importantes agentes de resistências, lutas e mudanças em favor da redemocratização do país e da reconfiguração da educação" (ARAÚJO, PINHEIRO SOUZA, 2018, p. 153). Nesse sentido, as décadas de 1970 e 1980, além de terem sido um momento-chave na luta de classes no contexto da ANC, foram o período em que o ensino de História passou a trilhar novos caminhos a partir de novas correntes historiográficas, o que suscitou uma reflexão sobre o papel da disciplina como elemento identitário e de orientação na vida prática.

Diante do acima exposto e do contexto que caracterizou a ascensão das novas direitas, buscamos analisar os fundamentos da "Escola Sem Partido" (ESP) a fim de identificar a inconstitucionalidade do projeto, bem como suas contradições e os riscos que representa para a educação, tendo em

vista o exposto na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no Lei n. 9.394/1996.

Além dessa introdução e da breve contextualização sobre as novas direitas e as disputas em torno da Constituição de 1988, o artigo está dividido em mais duas partes. Na primeira, buscamos descrever o projeto Escola Sem Partido, seus objetivos e a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal José Roberto Barroso, que julgou em decisão liminar a Lei n. 7.800/2016, do estado de Alagoas, que foi denominada como "Escola Livre". Na segunda, analisamos os fundamentos do Escola Sem Partido com base nas concepções sobre o ensino de História do historiador John Rüsen; e, por fim, apresentamos nossas conclusões.

O Escola Sem Partido e as armadilhas para alunos e professores

O projeto Escola sem Partido foi criado em 2004 pelo procurador de justiça de São Paulo Miguel Nagib e ganhou força em 2014, quando se transformou no Projeto de Lei 2974/2014, apresentado na Assembleia Legislativa Estadual do Rio de Janeiro (Alerj) pelo deputado Flávio Bolsonaro. O movimento disponibilizou, então, dois modelos de projetos de lei, estadual e municipal.

O Projeto de Lei foi criado com a justificativa de acabar com uma suposta doutrinação ideológica e política realizada por professores em sala de aula, cedendo lugar a uma educação capaz de fornecer instrumentos para o estudante tomar suas próprias decisões. No site do projeto existe a proposta de que um cartaz seja afixado em todas as salas de aula do país com os "deveres do professor", uma lista de seis itens que incluem a proibição de manifestar suas próprias opiniões e preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas ou partidárias, não devendo o professor aproveitar a audiência cativa dos alunos para promovê-las.

O segundo ponto do projeto visa colocar em todas as secretarias de Educação um canal de comunicação para receber denúncias anônimas de desrespeito aos "deveres do professor", que, por sua vez, deverão ser encaminhadas ao Ministério Público, conforme demonstra a imagem abaixo.

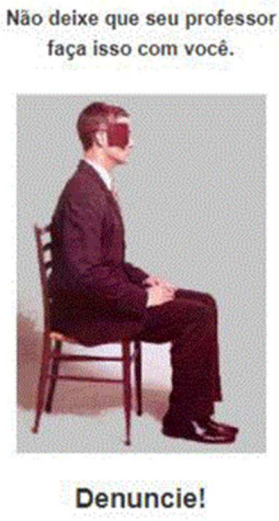

Imagem 1: Propaganda de divulgação do movimento Escola Sem Partido. Disponível em http://www.escolasempartido.org/apresentacao. Acesso em 22 set. 2019.

Na prática, esse projeto concede a todos os estudantes e pais, cujas convicções também devem ser preservadas, um tipo de arma para coagir e ameaçar qualquer professor que lhe desagrade. Outro aspecto a ser observado, e não menos importante, é o fato de que, qualquer aluno que esteja de posse de seu celular pode gravar momentos descontextualizados da aula para pressionar e perseguir o professor.

Na realidade, o projeto Escola Sem Partido representa uma "lei da mordaça" e é inconstitucional, pois as regras previstas, além de imporem uma censura ao professor dentro de sala de aula, prejudicando a formação crítica dos alunos e perdendo o acesso às diversas opiniões, ferem o direito de liberdade de expressão e cátedra do professor, garantido pela Constituição de 1988, em uma suposta "guerra contra o marxismo cultural". Entretanto, ao justificar o projeto baseando-se num discurso no qual se busca uma neutralidade do professor, "[...] os fundamentos do ESP, na verdade, buscam ocultar a posição absolutamente partidária que possuem os arquitetos, abertamente defensores de valores conservadores e cristãos" (ARAÚJO et al., 2018, p. 148).

Além de abrir espaço para a prática da coação ao professor, o projeto considera o aluno como sujeito desprovido de opiniões e pensamentos críticos, sendo atribuição da escola formá-los. Portanto, desconsidera o fato de que os alunos são agentes ativos no processo de construção do conhecimento, no qual a escola é uma instituição responsável por parte importante de sua formação. Nesse sentido, "os estudantes carregam suas experiências e valores para dentro dos muros da escola, socialmente construídos ao longo de suas trajetórias, sendo estes componentes de suas identidades" (ARAÚJO et al. 2018, p. 149).

Mesmo o Ministério Público Federal tendo afirmado que o projeto é inconstitucional por contradizer o princípio do pluralismo de ideias[1], Santa Cruz do Monte Castelo (PR) foi a primeira cidade a aprová-lo[2]. A escola, sendo uma instituição social, deve ser aberta e clara, debater ideias, compartilhar conhecimentos e ensinar os alunos a confrontar. Não existe uma escola neutra em opiniões. O projeto de lei é uma postura conservadora que visa acabar com o pluralismo de ideias no âmbito escolar, na medida em que subtrai das escolas toda a capacidade crítica e todas as dimensões da discussão política, como se a política não estivesse presente em todas as estruturas sociais.

Além do mais é um projeto que contém inúmeras armadilhas para o professor. Quando coloca que ele está proibido de "praticar doutrinação política e ideológica", "exprimir opiniões político-partidárias, religiosas ou filosóficas", "contrariar as convicções morais e religiosas dos pais", "incentivar a participação em passeatas", "promover seus próprios interesses" e "exigência de neutralidade", o projeto promove a desestabilização da vida escolar, uma vez que incentiva o aluno e lhe confere poder para processar administrativamente o professor por qualquer conteúdo dado em sala de aula, uma vez que de todas as matérias pode-

[1] Disponível em http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-07/mpf-diz-que-escola-sem-partido-e-insconstitucional-e-impede-o-pluralismo. Acesso em 03 dez.2018.

[2] Disponível em https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-unica-cidade-a-adotar-o-escola-sem-partido. Acesso em 03 dez. 2018.

se extrair pontos veiculadores de opiniões políticas, ideológicas, filosóficas ou religiosas. Nesse sentido cabe a pergunta: como lecionar sem correr o risco de ser denunciado por algum aluno? É aqui que fica explícita a vulnerabilidade do professor, cerceado em seu direito constitucional ao livre exercício

O Escola Sem Partido e as armadilhas para o ensino de História

Desde a institucionalização da História como disciplina acadêmica, a pesquisa em didática ficou muito comprometida à medida em que se criou um abismo entre aquele saber produzido nas universidades e o ensino escolar. O foco das atenções, ao longo do século XIX, foram as discussões metodológicas do saber científico. Nesse sentido, como escreve o historiador John Rüsen, "a cientifização" da história acarretou um estreitamento consciente da perspectiva, um limitador dos propósitos e das finalidades da história" (2006, p. 9). Portanto há de se concordar com Rüsen que essa transformação da história em disciplina universitária, em termos práticos, resultou numa inversão daquilo que foi conquistado: a cientificidade alcançada pela história no século XVIII, "[...] apesar de seu clamor racionalista, havia conduzido aquilo que eu gostaria de chamar de 'irracionalização' da história" (Ibidem) pela exclusão da didática da história e sua capacidade de orientação na vida prática.

Segundo John Rüsen (2006), a didática da história é desafiadora à medida em que altera de modo significativo a vida do historiador. Esse, por meio de seu labor, tem a difícil missão de mediar a história como disciplina acadêmica e a educação escolar. Analisando o famoso ditado "*historia vitae magistral"* (história mestre da vida), John Rüsen (2006) nos mostra que a escrita história, desde a antiguidade até as últimas décadas do século XVIII, se orientava pela moral e pelos problemas práticos da vida. Nesse sentido, para o historiador Ronaldo Cardoso (2013) a história como ciência surge a partir da carência do homem se orientar na sociedade. Portanto, história como ciência e a vida enquanto ação prática sempre estiveram relacionadas, e é justamente esse aspecto que o projeto Escola Sem Partido busca minar: a problematização de conteúdos e a reflexão crítica, que conectam a história com a vida prática dos alunos.

Muitas vezes caímos em armadilhas ao desconsiderar os saberes dos alunos, como também dos jovens professores de História. Tal atitude acaba por corroborar práticas revisionistas, como a Escola Sem Partido, que defende

> (...) a velha prática de considerar os educandos como pessoas de cabeças vazias esperando a ação educacional, como tanto é pensado por alguns historiadores, algo completamente errôneo e que corrobora com a crise que vivemos no ensino de história. (SZLACHTA JUNIOR, 2017 p, 238)

Um dos maiores erros cometidos pelos historiadores era acreditar que o simples fato de a disciplina ter sido institucionalizada levaria a uma consequente legitimação, ignorando o fato de que ela orientava a vida prática dos atores sociais. É nesse sentido que a história deve ser repensada como identidade coletiva. Entretanto o que se observou foi um movimento inverso, pois "a tarefa da didática da história era de transmitir esse conhecimento sem participação na geração desse discurso" (RÜSEN, 2006, p. 10). Para Rüsen:

> A didática da história é uma abordagem formalizada para ensinar história em escolas primárias e secundárias, que representa uma parte importante da transformação

> de historiadores profissionais em professores de história nestas escolas. É uma disciplina que faz a mediação entre a história como disciplina acadêmica e o aprendizado histórico e a educação escolar (2006, p. 8)

Diante disso, concordamos com a proposição do historiador Ronaldo Cardoso (2013) em evidenciar a relação entre conteúdo histórico estudado com fontes que justifiquem posicionamentos, busquem uma orientação e promovam uma construção identitária, pois "[...] revelam aspectos importantes referentes à construção da consciência histórica na contemporaneidade" (p. 51). O mesmo autor traz uma interessante indagação que já vivenciamos em sala de aula: mas, afinal, para que serve a História? Essa pergunta já evidencia os problemas do ensino de História e nos leva a concluir que é necessário transformar a História num mecanismo de autorreflexão que permita aos indivíduos buscar uma identidade coletiva e construir um pensamento crítico diante dos problemas que afetam a sociedade.

Entretanto, apesar de todos os problemas causados pela institucionalização da História supracitados, John Rüsen (2006) escreve que nos anos 1960 e 1970 esse cenário começou a se modificar: "A arrogância do sábio que assumia que os estudos históricos eram legitimados pela sua mera existência perdeu seu poder de persuasão" (p. 10) para uma nova geração de historiadores que buscava questionar o modelo tradicional, trazendo à luz uma nova concepção do fazer histórico: o reconhecimento de seu caráter de ciência social. Isso resultou também numa transformação na didática da história, e é justamente esse novo papel assumido pela didática que o projeto Escola Sem Partido busca atacar.

A didática da história também sofreu transformações, enquadrada na teoria do currículo. No lugar de ser um mero instrumento de reprodução de conhecimento, a didática da história passou a verificar que o conhecimento histórico carregava consigo seus interesses e necessidades. Nesse sentido, acabava determinando os estudos históricos.

> Agora a educação histórica não se torna mais uma simples questão de tradução de formas e valores de estudiosos profissionais para a sala de aula. A questão básica que está sendo colocada é se aquele conhecimento e a forma de pensamento que ele representa encontram um conjunto de critérios educacionais preexistentes e extra disciplinares. Os historiadores foram confrontados com o desafio do papel legitimador da história na vida cultural e na educação. Eles responderam a este desafio ampliando o campo da autorreflexão e do auto entendimento histórico. Os historiadores começam a respeitar aquelas dimensões dos estudos históricos onde necessidades, interesses e propósitos apareciam como fatores determinantes do pensamento histórico. (RÜSEN, 2006, p. 11)

Analisando bem de perto o projeto Escola Sem Partido, fica evidente que os principais pontos buscam atacar e eliminar da sala da aula o caráter reflexivo do ensino, a construção de uma identidade, bem como a orientação na vida prática. Tal fato pode ser percebido no cartaz que o ESP recomenda ser afixado em todas as salas de aula deixa claro que o professor não deverá tirar proveito da "audiência cativa dos alunos para promover seus próprios interesses" e ainda deverá respeitar "o direito dos pais a que seus filhos recebam a

educação moral que estejam de acordo com suas próprias convicções".

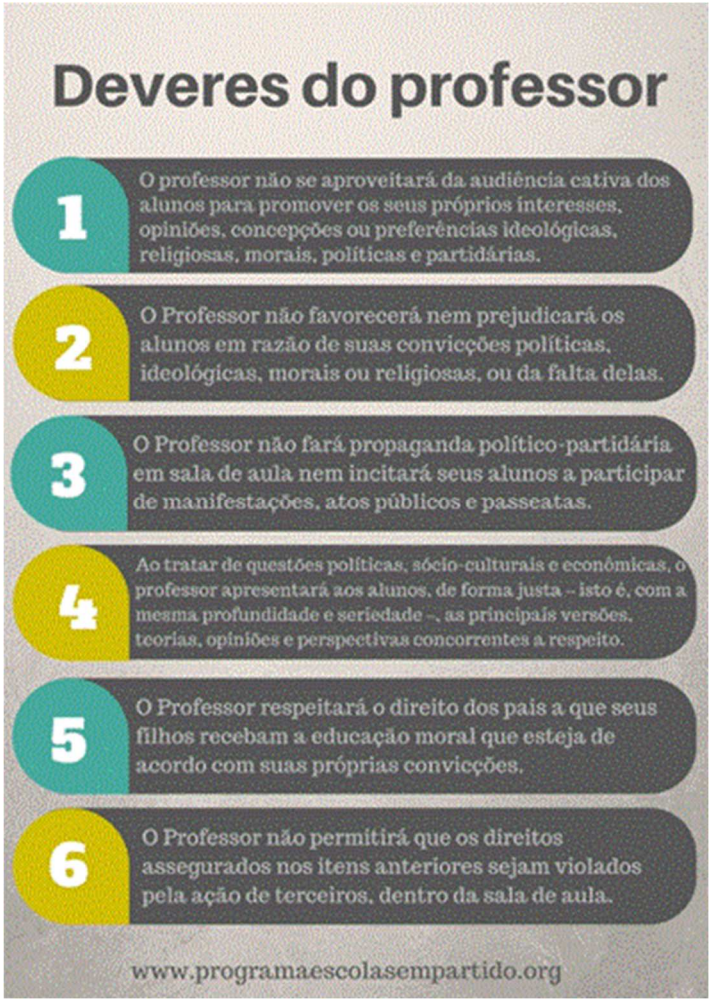

Imagem 2: Proposta "regras do professor", cartaz que deveria constar nas salas de aula. Disponível em <http://www.escolasempartido.org/apresentacao>. Acesso em 4 out. 2019.

Como já citado, o projeto retira do professor e da escola a capacidade de formar. E desconsidera que os alunos não são meros receptáculos a serem preenchidos, mas sujeitos com seus interesses, suas paixões, suas experiências e suas visões de mundo. E que a escola e a sala da aula devem ser espaços de troca de experiências, onde o aluno se coloca como sujeito ativo no processo de construção do seu próprio conhecimento.

Ronaldo Cardoso (2013) coloca que um dos maiores desafios da educação histórica é buscar uma formação que leve em consideração que os estudantes não são meros depositórios de conteúdo, mas sim "[...] portadores de habilidades e competências que os farão enfrentar crítica e autonomamente, os desafios do mundo contemporâneo" (p. 61). O projeto ESP busca a desestruturação desse pensamento. Na realidade, o projeto Escola Sem Partido encontrou na polarização política brasileira uma

brecha parecida como a que foi encontrada com a institucionalização da história: se a cientifização se distanciou da vida prática e focou apenas em discutir seu caráter racional, o ESP, em seu contexto, encontrou espaço para a legitimação ideológica escondida por trás de seu discurso.

Segundo Cardoso (2013) os indivíduos buscam no passado individual ou coletivo acontecimentos para justificar suas posições. Entretanto, aqui fica o questionamento: se o passado é costumeiramente utilizado para esse fim, por que não pensar numa forma de utilizar o ensino de História como instrumento de orientação para a vida prática na vida coletiva? O projeto Escola Sem Partido preconiza a neutralidade por parte dos educadores sem ao menos apresentar uma mínima definição do que vem a ser essa suposta doutrinação que busca combater.

A afirmação da audiência cativa dos alunos em sala de aula e a suposta doutrinação que os mesmos recebem não são reais. Portanto, a suposta doutrinação é, na verdade, uma exposição de ideias contrárias aos autores do projeto, como demonstra Silva:

> A afirmação não se ampara em pesquisas acadêmicas, estudos ou dados estatísticos, mas sim em um dado considerado evidente aos autores da página virtual: os professores de escolas brasileiras, em sua maioria, utilizam o espaço da aula para fins 'políticos, ideológicos e partidários'. São assertivas passíveis de questionamento, pois parecem não tratar o tema com a universalidade que ele requisita: afinal, há visão política uniforme por parte de todos os professores nas escolas? Professores de História, Educação Física, Matemática, Ciências Biológicas e da Natureza compartilham de ideais políticos e pedagógicos uniformes? E nas universidades? Áreas como Direito, Economia, Administração, Jornalismo, História, Pedagogia, Filosofia, Serviço Social também teriam uniformidade de visões políticas? [...] mas, afinal, a partir de qual critério se estabelece a noção de 'doutrinação'? Seria 'doutrinação', justamente, a exposição pública de pontos de vista políticos diferentes daqueles defendidos pelos autores do *site* 'Escola Sem Partido' – ou dos legisladores autores dos PLs? (SILVA, 2016, p. 26 apud ARAÚJO et al., 2018, p. 150).

Outro aspecto a ser questionado no cartaz de "deveres do professor" é o quinto item, que diz que educadores e educadoras não deverão debater no âmbito escolar temas e conteúdo que possam contrariar as convicções morais dos pais e mães dos estudantes. Entretanto, pensando num determinado conteúdo da disciplina de história – as origens da humanidade – o professor pode estar num beco sem saída: como discutir o evolucionismo diante de um aluno cuja crença familiar se baseia no criacionismo? Nessa mesma perspectiva, a mera discussão do pensamento liberal pode ferir as convicções familiares de um aluno quando questionado sobre as relações de classe resultantes da industrialização do século XIX. Ou até mesmo um outro – de família socialista – quando se discutisse a própria ideologia liberal, bem como a crença no livre mercado.

O ESP busca introduzir nas salas de aula uma educação irreflexiva, sobretudo despolitizada. Ao conceber a escola como um lugar neutro, passivo, onde o saber é transmitido, desconsidera o fato de que "a sala de aula não é apenas o espaço onde se transmite informações, mas o espaço onde se estabelece uma

relação em que os interlocutores constroem significações e sentidos" (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p. 35 apud ARAÚJO et al., 2018, p. 149).

Nesse sentido, com um projeto bastante retrógrado, o projeto Escola Sem Partido busca atacar tudo que as pesquisas em didática de História têm produzido acerca do ensino de História. Portanto o ESP

> [...] ataca a pluralidade de ideias e as diferentes posturas epistemológicas, que, mais do que informar ou transmitir saberes curriculares específicos, procuram fortalecer a construção da identidade de um sujeito protagonista, capaz de compreender a complexidade do real que o circunda e mesmo transformá-lo (ARAÚJO et al., 2018, p. 155).

Considerações finais

O atual contexto de polarização política, iniciada por grupos que se projetaram nacionalmente por organizar os principais atos a favor do impeachment de Dilma Rousseff, preparou o terreno para a volta dos debates acerca da aprovação do projeto Escola Sem Partido. A nova direita, que buscou reconfigurar sua forma de atuação na sociedade civil, também ganhou terreno para ampliar a disseminação de suas políticas; no entanto, a sociedade dividida entre aqueles "esquerdistas" e essa nova direita surtiu mais efeito prático na disseminação de tal projeto.

Encabeçado inicialmente em 2004 pelo advogado Miguel Nagib, o projeto ESP volta a tramitar a passos largos a partir de 2014, pelas mãos da família Bolsonaro, que, por meio de projetos de lei municipal e estadual, traz à tona o Escola Sem Partido no estado do Rio de Janeiro. Uma família de políticos que não possui nenhuma experiência na educação – seja em sala de aula, seja em pesquisas científicas – busca ignorar todos as pesquisas em ensino de História já realizadas para aprovar um projeto de lei que, na prática, criminaliza o professor por "assédio ideológico" e por uma suposta doutrinação ideológica.

A Constituição Cidadã de 1988, cuja construção foi bastante disputada entre os atores sociais após mais de 20 anos de regime militar, garantiu a liberdade de expressão e cátedra para o professor. Porém, o ESP retoma uma "[...] postura de vigilância policialesca sobre escolas, professores, currículos e materiais didáticos" (ARAÚJO et al., 2018, p. 156) promovendo um esvaziamento do ensino e a suposta despolitização da prática docente.

O ensino e a aprendizagem, segundo Rüsen (2006), são fenômenos e processos fundamentais na cultura humana que não devem ficar restritos à escola. Portanto, seja na escola pública, seja na privada, dependem do diálogo livre entre professor e aluno como direito garantido fundamentalmente pela Constituição. Nesse sentido, tal projeto sistematicamente defendido por essa nova direita busca substituir uma suposta ideologia "esquerdista" dentro de sala de aula por outra ideologia: a conservadora. É impossível atingir uma "neutralidade" em qualquer aspecto da vida, pois toda opinião é política, inclusive a do Escola Sem Partido.

Referências

ARAÚJO, Fátima Maria Leitão; PINHEIRO, Francisco Felipe de Aguiar; DE SOUSA, Joilson Silva. O projeto "Escola Sem Partido" e o ensino de História no Brasil. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 3, n. 9, p. 141-158, 2018. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/860/763 Acesso em: 17 de fev. 2021.

ARAÚJO, Ronaldo Ferreira; TRAVIESO-RODRÍGUEZ, Crispulo; SANTOS, Sarah Rúbia de Oliveira. **Comunicação e participação**

política no Facebook: análise dos comentários em páginas de parlamentares brasileiros. Informação & Sociedade, Paraíba, v. 27, n. 2, p.280, ago. 2017.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita:** aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. / Flávio Henrique Calheiros Casimiro. – 1 .ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2018.

_____. **A tragédia e a farsa:** a ascensão das novas direitas no Brasil contemporâneo. / Flávio Henrique Calheiros Casimiro. – 1 .ed. – São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

CODATO, A; BOLOGNESI, B; ROEDER, K.M. **A nova direita brasileira:** uma análise da dinâmica partidária e eleitoral no campo conservador. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. (Org). *Direita, volver!* O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, v., p. 115-143.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente**: desafios. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

NAPOLITANO, Marcos. **Considerações sobre a história do tempo presente.** In: Questões para a história do tempo presente em tempos pandemônicos. Jul/2020.

NETO, Antonio Simplicio de Almeida; SILVA, Diana Mendes Machado da. **Escola Sem Partido ou sem autonomia? O cerco ao sentido público da educação.** In: MACHADO, André Roberto de A.; TOLEDO, Maria Rita de Almeida. (Org). *Golpes na História e na Escola:* o Brasil e a América Latina nos séculos XX e XXI. – 1. ed. – São Paulo: Cortez: ANPUH SP – Associação Nacional de História – Seção São Paulo, 2017.

PENNA, Fernando de Araújo. **"Escola Sem Partido" como ameaça à Educação Democrática**: fabricando o ódio aos professores e destruindo o potencial educacional da escola. In: MACHADO, André Roberto de A.; TOLEDO, Maria Rita de Almeida. (Org). *Golpes na História e na Escola:* o Brasil e a América Latina nos séculos XX e XXI. – 1. ed. – São Paulo: Cortez: ANPUH SP – Associação Nacional de História – Seção São Paulo, 2017.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. **Direitas nas redes sociais online**. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. (Org). *Direita, volver!* O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, v., p. 224.

SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin. Aspectos da Pós-Modernidade no Ensino de História: Da formação do professor ao cotidiano escolar. **Historiæ**, v. 8, n. 1, p. 235-252, 2017.

RÜSEN, Jörn. **Didática da História:** passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. In: Práxis Educativa, n.2, v.1. jul./dez 2006. Ponta Grossa.

VILLAZÓN, J. C. **Velhas e novas direitas religiosas na América Latina**: os evangélicos como fator político. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. (Org). *Direita, volver!* O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, v., p. 163.

Recebido em 2021-02-21
Publicado em 2022-01-01